

ALÉM DO AD VITAM: MEMÓRIA, CAMINHO, PROJETO

de Estêvão Raschiatti
rasquio@yahoo.com.br

RESUMO: Esse texto aborda a dimensão ad vitam da tradição missionária, enfocando o conceito e a natureza da missão ad gentes como Quarto Voto. Em seguida, se explora o significado da expressão ad vitam no Vaticano II, particularmente em AG 24, e o debate que motivou a redação dessa passagem. Enfim, o significado que o ad vitam poderia ter para os dias de hoje: fazer memória dos testemunhos do passado sem viver do passado; fazer caminho junto à humanidade na fidelidade exemplar ao Evangelho até o fim; fazer um projeto de renovação para os dias de hoje, honrando a tradição missionária diante das mudanças epocais.

ABSTRACT: This text addresses the ad vitam dimension of the missionary tradition, focusing on the concept and nature of the mission ad gentes as the Fourth Vow. It then explores the meaning of the expression ad vitam in Vatican II, particularly in AG 24, and the debate that motivated the writing of this passage. Finally, the meaning that ad vitam could have for today: to remember the testimonies of the past without living from the past; to journey together with humanity in exemplary fidelity to the Gospel until the end; to make a project of renewal for today, honoring the missionary tradition in the face of epochal changes.

Ad vitam é uma expressão do decreto *Ad Gentes* (AG 24a), que recorda a tradição das congregações e dos institutos missionários *ad gentes* de seus membros se consagrarem por toda a vida às missões em terras não-cristãs. Essa entrega, que faz parte da vocação, da consagração e da espiritualidade “especificamente” missionária, já teve expressões radicais e heroicas de desprendimento em diversas gerações de missionários. Atualmente, não se vê uma clara ressignificação desta disposição, que permanece um tanto vaga e genérica, quando até despida de sentido, e incorporada ao compromisso testemunhal de qualquer batizado.

O AD VITAM NA TRADIÇÃO MISSIONÁRIA

Antigamente, os missionários partiam para as missões para nunca mais voltar. Depois se concedeu uma visita à família e parentes a cada 10 anos. Logo foram reduzidos a 5 e depois 3, com o “direito” (!) a três meses de folga. Hoje os prazos são generosamente concedidos ou geralmente estabelecidos pelos indivíduos, às vezes sem muita consulta com as instâncias maiores e sem muita consideração com os compromissos pastorais.

Francisco lembrou em várias ocasiões aos missionários *ad vitam*, a sensação de comoção que Dom Claudio Hummes teve diante dos túmulos de jovens consagrados pioneiros, ceifados pelas doenças, pelas fadigas, pelas violências, que agora repousam nos cemitérios da Amazônia e de outras partes do mundo: esse era o autêntico *ad vitam*.

A tradição dos institutos missionários tinha significativas práticas, que marcavam a renúncia “a si e a todas as suas coisas, e a fazer-se tudo para todos” (AG 24) para o anúncio do Evangelho a todos os povos. Conta-se que entre os Missionários da África, acabada a celebração de ordenação presbiteral, o novo sacerdote pegava sua mala na sacristia e logo embarcava para a estação de trem que o levava até o navio e partia para nunca mais voltar: algo que destoa completamente das comemorações clericais da atualidade.

Da mesma forma, se conta que a expectativa de vida dos missionários que partiam para a costa ocidental da África era de 6 meses a dois anos. Faleciam dois, a congregação mandava outros dois para repor. E assim a missão continuava a toque de caixa.

Certamente, hoje não poderíamos e nem deveríamos adotar certas práticas e, sobretudo, as motivações que a sustentavam: salvar as almas do fogo do inferno é uma das incumbências das quais o Vaticano II nos dispensou definitivamente.

Contudo, o heroísmo a qualquer preço não foi celebrado sempre com a ideologização da Palma do Martírio, como se fosse

o triunfo da luz sobre o mundo das trevas. O bom senso também fez parte da estratégia missionária mais arrojada. Comboni não demorou em mudar seu bordão “Nigrícia ou morte!” para “salvar a África com a África”, quando viu seus missionários tombarem um depois do outro. Desta maneira, os missionários começaram a se preservar de tantas andanças fatigosas, perigosas e pouco eficazes, formando catequistas locais em centros urbanos, que podiam sucessivamente penetrar os interiores e evangelizar suas comunidades.

Jesus não queria o sacrifício de seus discípulos a qualquer preço: “quando perseguem vocês numa cidade, fugiam para outra” (Mt 10,23). No entanto, o discernimento entre sair e ficar em situações de perseguição e de conflito, sempre acompanhou os missionários e as missionárias de qualquer época, de qualquer lugar e em qualquer circunstância. O dom da vida marcado pelo derramamento de sangue, foi chamado pelos Padres da Igreja de “semente de novos cristãos” (TERTULIANO, *Apologético*, 50,13). Todavia, não se entende por que a oblação de tantas cristãs e cristãos que, mesmo assassinatos por causa da justiça, não é celebrada tanto quanto a dos religiosos e das religiosas pertencentes a um instituto missionário.

Essas são algumas considerações e problematizações diante da ambivalência do *ad vitam* da consagração missionária: de um lado, lembra uma história exemplar e edificante de entrega ao Reino, que merece ser lembrada sobretudo diante da acomodação missionária pós-moderna; por outro, essa entrega, que deveria alimentar uma espiritualidade *kenotica*, pode se prestar, ao contrário, para uma ideologização e um heroísmo triunfante da vida missionária, totalmente prejudicial para a vida da Igreja.

Para entender bem a natureza, a origem, o percurso e o possível sentido dessa dimensão da consagração missionária, propomos seguir esses passos: um breve relato sobre o Quarto Voto na vida religiosa; a missão como Quarto voto; a discussão conciliar em torno do *ad vitam*; o significado do *ad vitam* para os dias de hoje.

CONCEITO E NATUREZA DO QUARTO VOTO

Os discípulos e as discípulas de Jesus ao longo da história, não demoraram muito para manifestar múltiplas formas de seguimento e de vida cristã como fruto da ação do Espírito e expressão da índole de cada um e de cada uma, ressaltando assim diversos aspectos da imagem do Filho contemplados, imitados e reproduzidos.

Com o surgimento e a configuração da vida religiosa consagrada em torno de um núcleo básico comum – castidade, pobreza, obediência – (século III), tornava-se praticamente necessário um complemento que pudesse apontar para o fim específico de cada ordem, como fez São Bento na formula de profissão beneditina com o voto de estabilidade, as Clarissas com o voto de clausura e os Mercedários com o voto de redenção dos cativos.

No contexto da reforma tridentina, numerosas modalidades de vida religiosa dedicadas ao apostolado sentiram a necessidade de formular suas intuições evangélicas e suas finalidades missionárias em formas de voto.

No entanto, no século XIX, a Santa Sé deixou de autorizar as novas famílias religiosas a adotar essa prática, fazendo confluir o quarto voto no voto de obediência. O Código de Direito Canônico de 1917 não faz referência alguma a essa prática, nem para proibi-la e nem para autorizá-la. O Código atual também não faz menção; contudo, “ao reconhecer o direito próprio das famílias religiosas e remeter frequentemente a ele, implicitamente aprova os quartos votos existentes” (IGLESIAS, p. 933).

Na atualidade o Dicastério para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedade de Vida Apostólica, por ocasião da revisão e a nova aprovação das constituições, aceitou pedidos de recuperação do quarto voto desejado pelos Fundadores, admitindo a introdução de um quarto voto nas congregações que originalmente não o tinha, e aprovando novos quartos votos.

Podemos concluir que o quarto voto surge do dinamismo próprio da vida religiosa, como necessidade de expressar melhor

uma forma específica de seguimento de Jesus e de identificação com sua pessoa. Muitas famílias religiosas consideram o quarto voto como fundamental para seu compromisso apostólico, concentrando num só ponto a natureza e o fim específico da fundação, como elemento que expressa e plenifica seu carisma.

Há, portanto, duas dimensões que integram o quarto voto: uma teológica, a adesão a uma peculiar compreensão da vida, da missão e da pessoa de Jesus; e uma apostólica, a finalidade pela qual foi fundado um particular Instituto:

Não só o apostolado, dimensão inseparável do seguimento, mas, e principalmente, a configuração pessoal com Jesus Cristo é situada mediante o quarto voto no “até o extremo” utópico dos traços específicos que a família religiosa se sente chamada a reproduzir. (IGLESIAS, p. 935).

Desta maneira, o quarto voto se apresenta como iluminação global e concretização significativa para os três votos comuns, dos quais por sua vez recebe consistência vivencial. Várias famílias religiosas colocam o quarto voto em suas constituições previamente aos três votos, para dar um toque característico ao discipulado missionário próprio do instituto.

Com as mudanças de época, há também uma releitura do quarto voto em ordem à finalidade apostólica e a uma nova perspectiva teológica e espiritual dos mistérios da fé. Os mercedários assim reformulam seu quarto voto em relação às novas formas de cativo. O voto de estabilidade, adotado por várias congregações como voto de perseverança, passa de uma garantia jurídica a uma adesão de espírito. Da mesma forma, tivemos *aggiornamenti* dos votos de serviços aos enfermos (camilianos), de serviços aos pobres (vicentinos), de obediência ao papa para a missão (jesuítas), de educação (lassalistas), etc.

O VOTO DE MISSÃO

A natureza do voto de missão não difere de qualquer outro quarto voto na tradição da vida religiosa consagrada.

Como sabemos, a palavra “missão”, enquanto termo técnico aplicado a uma atividade de difusão da fé, surge somente no século XVI. Ela não consta nas Escrituras, nem nos Santos Padres e se encontra apenas na teologia medieval da Trindade (ST I, q. 43), a respeito do envio (*missio*) do Filho por parte do Pai, e do Espírito por parte do Pai e do Filho.

Os jesuítas foram os primeiros a utilizá-la num sentido operativo. Inácio de Loyola (1491-1556), em 1540, estabelecia para os membros de sua Companhia, além dos três votos usuais, um quarto voto *circa missiones* (a respeito das missões), que era um voto peculiar de obediência ao Sumo Pontífice, de ir prontamente a todo lugar onde fossem enviados, entre os pagãos, os hereges ou os próprios católicos. O contexto e o espírito da Reforma e da Contrarreforma fez despontar diversos novos movimentos de renovação religiosa, com o intento de aproximar as massas cristãs às exigências de uma vida mais evangélica. Durante esse período, entre os séculos XVI e XVII, o termo “missão” começou a ser amplamente empregado em múltiplas formas de ação apostólica: paroquial, itinerante, extraordinária, primeira evangelização.

Entretanto, o impacto que tiveram as novas descobertas geográficas e a conseqüente expansão das nações europeias, direcionaram rapidamente a sua evolução semântica para o *envio* entre os povos pagãos extra europeus (*missiones exterae*). Particularmente, com a criação da Congregação de *Propaganda Fide* (1622), por meio da qual os papas advogaram a si a responsabilidade da evangelização universal, desvinculando-a do sistema de padroado, a definição de “missão” ficou oficialmente e juridicamente relacionada a uma tarefa específica designada pelo magistério pontifício (aspecto hierárquico) e a um território não-cristão de primeiro anúncio onde exercer tal ofício (aspecto geográfico) (WOLANIN, 1989, p. 23-26). No século XVII, seus agentes começaram a ser chamados de *missionarii*, expressão técnica de produção tipicamente eclesiástica para indicar os *ministri Christi in gentibus* (SEUMOIS, 1993, p. 21).

Para as congregações missionárias de matriz europeia e americanas do século XIX e começo do século XX, a missão *ad gentes*

era voltada a salvar as almas do fogo do inferno e a implantar a Igreja em qualquer canto da terra.

Entendia-se a igreja como uma instituição jurídica que tinha o direito de confiar sua “missão” [...] a um corpo de “especialistas” – sacerdotes ou religiosos. “Missão” designava as atividades pelas quais o sistema eclesialístico ocidental se propagava para o resto do mundo. O “missionário” estava irrevogavelmente conectado a uma instituição na Europa, da qual ele ou ela derivava o mandato e o poder de conferir salvação às pessoas que aceitavam certos princípios da fé. (BOSCH, 2007, p. 281).

O voto de missão, portanto, seguia essa finalidade pela qual um instituto missionário era fundado, caracterizando assim uma modalidade de vida religiosa consagrada vinculada a tal finalidade apostólica além-mar.

Evidentemente, quando uma finalidade se ofusca, desaparece, ou simplesmente se modifica sensivelmente com as mudanças de épocas, é preciso uma resignificação, caso se decida previamente de mantê-la. Essa resignificação deverá ter presente os profundos câmbios socioculturais e geopolíticos, uma releitura atualizada do carisma fundacional, assim como uma compreensão da pessoa de Jesus à luz de uma nova hermenêutica.

O AD VITAM NO VATICANO II

Como dissemos, *ad vitam* é uma expressão do Decreto Ad Gentes que quer dizer “para sempre”, não somente em relação ao tempo, mas sobretudo na dedicação total à causa missionária: “em qualquer lugar onde nos encontramos, fazemos convergir à missão toda a nossa atividade e a essa nos doamos por toda a vida, oferecendo o melhor de nós mesmos e excluído positivamente qualquer outro escopo por quanto nobre e santo” (RMX 13).

O texto conciliar reza assim:

Ao chamado de Deus, o homem deve responder de forma tal que, sem se deixar guiar pela carne e sangue (Gl 1,16), todo ele se entregue à obra do Evangelho. Mas esta resposta não pode ser dada senão por impulso e virtude do Espírito Santo. O enviado

entra, portanto, na vida e missão d'Aquele que "a si mesmo se aniquilou tomando a forma de servo" (Fl 2,7). Por conseguinte, deve estar pronto a perseverar toda a vida na vocação, a renunciar a si e a todas as suas coisas, e a fazer-se tudo para todos (1Cor 9,22). (AG 24a).

O texto inicialmente previa a expressão “*et per totam vitam*” junto a “*totum*”: “todo e por toda a vida ele se entregue à obra do Evangelho” (*totum et per totam vita sese devinciat operi Evangelii*). Muitos padres viram essa enunciação como discriminatória em relação a quantos se engajavam na ação missionária *ad tempus*. A discussão na comissão sobre o *De missionibus* parece ter sido bastante animada (ANTONELLI, p. 342).

Dom Eugênio de Araújo Sales, então administrador apostólico de Salvador da Bahia, não via alguma razão teológica para distinguir a missão *ad tempus* da autêntica obra missionária. O missionário que volta para a sua Igreja local, volta para continuar a anunciar o Evangelho e não para ser missionário pela metade ou por defeito.

As críticas convenceram a comissão a rever o texto, amenizando o “*per totam vitam*” com esse “*ad vitam*” na segunda parte do parágrafo. Apesar de parecida, a segunda expressão não estava diretamente relacionada à presença física em algum território de missão. Mesmo assim, 90 padres pediram de tirar também essa expressão. A resposta dos corretores dos *modi* foi calibrada: se aprecia certamente a ação missionária *ad tempus*, mas se quer também manter uma “diferença objetiva” com quantos se consagram à missão “*per totam vitam*”.

Apoiando-se a LG 44 no que diz respeito à vida religiosa, se afirma analogamente que “a dedicação à atividade missionária será tanto mais perfeita quanto mais os vínculos estiverem firmes e estáveis” (ANTONELLI, p. 342). Argumenta-se também que a necessidade de uma dedicação *por toda a vida* é intrínseca à vocação missionária que necessita de uma incessante preparação, de uma adaptação paciente e de um oneroso investimento de recursos.

Não faltam razões de uma e de outra parte. Contudo, na base do debate está um diverso conceito de missão que está brotando e que não se identifica mais com a missão *ad gentes sic et simpliciter*. Esse conceito pretende reconhecer sua cidadania na prática e na teologia da missão, assim como nos documentos conciliares, como inspiração, fundamento e exigência de toda ação evangelizadora da Igreja na sociedade pós-moderna globalizada.

Num contexto, onde a missão se torna “liquida”, como algo que diz respeito a tudo e a todos, como vocação fundamental de toda discípula e de todo discípulo missionário, como essência da própria Igreja e não como atividade específica, também o *ad vitam*, como quarto voto da consagração religiosa missionária, perde seu sentido.

AD VITAM COMO MEMÓRIA

A dimensão da consagração missionária *ad vitam* parece uma daquelas dimensões órfãs de pai e mãe. Com efeito, ao esvanecer a finalidade apostólica de uma congregação missionária, quista pelo seu Fundador, a consagração se volta unicamente para a fidelidade à própria família religiosa. Essa família se torna o centro, finalidade em si mesma, igual a Igreja quando se torna finalidade em si mesma: perde o seu sentido e se torna autorreferencial.

Quando não se sabe bem o porquê uma congregação foi fundada; quando esse porquê se torna praticamente um “vale tudo”; quando a pertença é reduzida apenas a convivência; quando as narrativas giram em torno mais ao Fundador do que à missão; quando se mantem regras e disposições que não correspondem mais a realidade; quando o ministério ordenado ofusca a consagração religiosa e a vocação missionária; quando não se assumem mais projetos destemidos e proféticos; quando se compete por espaços de poder dentro da congregação ... Em suma: quando a congregação se autocentra e não sai de si, é tempo de se perguntar se estamos ainda a serviço do Reino.

Não é mais possível ancorar o *ad vitam* ao *ad gentes* da tradição mais clássica, porque o mundo mudou:

Na época [...] era mais simples distinguir entre duas vertentes bastante claras: duma parte, um mundo cristão e, da outra, um mundo carecido ainda de ser evangelizado. Agora, esta situação já não existe. [...] Nas grandes cidades, precisamos de outros “mapas”, outros paradigmas, que nos ajudem a situar novamente os nossos modos de pensar e as nossas atitudes: já não estamos na cristandade! (FRANCISCO, 2019).

Então parece que os missionários e as missionárias de repente perderam o rumo, a bussola e o mapa, procurando se remeter ou se segurar pelos trapos de uma cristandade perdida: é aqui que uma congregação missionária se autocentra e vive de saudade do passado glorioso.

No entanto, fazer memória não é viver do passado. Cultivar os testemunhos de vidas doadas na missão mais radical, deveria nos questionar sobre como estamos vivendo a consagração à missão. A saudade nos encolhe na melancolia, a memória nos abre ao futuro. O *ad vitam* deveria então significar, antes de tudo, fazer memória para repensar com ousadia na nossa vocação missionária no mundo atual.

AD VITAM COMO CAMINHO

Em segundo lugar, *ad vitam* deveria significar caminhar junto à humanidade “para tornarmos pessoas livres, que promovem a justiça e a paz, na espera operante que Deus seja tudo em todos” (C 8). Se o *ad vitam* significa “fidelidade”, isso não é exclusivo da vida religiosa consagrada mas é um chamado para todos os batizados e as batizadas, como também para toda pessoa de boa vontade.

Há tanta gente que testemunha uma fidelidade heroica à própria missão e que é anónima. Muitas vezes o projeto de vida delas não está muito longe dos propósitos dos “missionários profissionais”, mas não se comprometem publicamente com o tal de quarto voto e assim não se faz justiça e não se faz memória da entrega delas, que, porém, está guardada no coração do Pai.

A esse respeito, Jesus conta uma parábola significativa. Um homem tinha dois filhos e convidou os dois a trabalhar na vinha dele. O primeiro disse “não”, mas depois foi; o segundo disse “sim”, mas depois não foi. E conclui: “Pois eu garanto a vocês: os cobradores de impostos e as prostitutas vão entrar antes de vocês no Reino do Céu” (Mt 21,31). Quem é o filho que disse “não”, mas depois foi trabalhar na vinha? Os cobradores de impostos, considerados corruptos, e as prostitutas, gente com a existência prejudicada pela escolha de um caminho errado: disseram “não” um dia, mas depois no dia a dia passaram a usar misericórdia para com seu próximo (cf. Mt 25,31-46). O Pai, “que vê o escondido” (Mt 6,4), sabe de sua vida, apesar de sua reputação. Quem é o filho que disse “sim”, mas não foi trabalhar? Os religiosos de ontem e de hoje, que proclamam publicamente seu “sim” a Deus diante do povo, porém não vão trabalhar.

Explorando um pouco a mensagem dessa Palavra, podemos entrever quatro indicações que nos podem ajudar a colocar em práticas o nosso *ad vitam*. A primeira é a necessidade de nos reconhecer naqueles pobres pecadores que respondem “não” ao pedido do Pai, mas que depois vão trabalhar. Essa laboriosa humildade nos coloca numa posição de simetria com qualquer ser humano. Nós religiosos e religiosas não somos melhores do que ninguém. O fato de optar pelo seguimento de Jesus, nos deveria tornar relutantes a qualquer triunfalismo.

A segunda indicação é a necessidade de um contínuo arrependimento e de uma contínua conversão em ordem ao Evangelho. O *ad vitam* não deveria nos apaziguar, mas nos inquietar porque, apesar das nossas boas intenções, nossa resposta está sempre aquém da vocação que recebemos.

A terceira sugestão é a valorização do cotidiano. Os cobradores de impostos e as prostitutas, provavelmente, não conseguiram melhorar muito sua imagem, nem mudar seu estigma menos ainda sua vida. A semente que morre para dar fruto não é percebida por ninguém: simplesmente desaparece. O autêntico *ad vitam* se manifesta no escondido e na qualidade de amor que colocamos em cada instante da nossa vida.

Enfim, o quarto elemento é que a partir de nossas práticas seremos julgados: já estamos sendo julgados. O nosso *ad vitam* corresponde a um “sim” real? É dirigido à simples convivência congregacional ou à busca de uma missão “até os extremos da terra”? Pois o que está em jogo não é a sobrevivência de nossa congregação é algo bem maior: a proposta do Evangelho continuar sendo significativo no mundo plural de hoje.

AD VITAM COMO PROJETO

Em terceiro lugar, o *ad vitam* não deveria caracterizar uma modalidade de missão, mas a própria missão na sua essência:

A missão no coração do povo não é uma parte da minha vida, ou um ornamento que posso pôr de lado; não é um apêndice ou um momento entre tantos outros da minha vida. É algo que não posso arrancar do meu ser, se não me quero destruir. Eu sou uma missão nesta terra, e para isso estou neste mundo. (EG 273)

Mais claro do que isso, por parte de um pontífice, é impossível. A missão pode ser conduzida de forma itinerante, *ad tempus* ou *ad vitam*, que será sempre e essencialmente *ad vitam*. Agora, se esse *ad vitam* diz respeito ao vínculo com uma congregação específica, a missão já não é o motivo mais importante do *ad vitam*.

A especificidade operativa de cada instituto apostólico expressa no quarto voto é sujeita às revisões dos tempos e dos contextos, assim como a uma compreensão do depósito da fé, uma vez admitido que a maneira de expor a doutrina deve ser distinta da assimilação plena da verdade (UR 6; DA 49). Se tem algo que não pode ser *ad vitam*, o *ad aeternum*, é o projeto missionário de uma instituição que tem sempre começo, meio e fim, assim como sua compreensão do Evangelho.

Portanto, esse *ad vitam* que nos proporcionou testemunhos edificantes de missionários e de missionárias, assim como os de muitas pessoas anônimas que entregaram sua vida por um mundo mais justo e fraterno, precisa ser repensado, em continuidade e inovação, como estratégia de fidelidade a um propósito congre-

gacional. Esse discernimento é feito sempre a partir das origens do caminho de Jesus, sem confundir a fidelidade ao Senhor com a fixação em modelos historicamente limitados.

Por isso que o *ad vitam* precisa se tornar um projeto pessoal, comunitário e institucional, continuamente a ser revisado e a ser reformulado com o passar do tempo e com as mudanças de época. Exatamente pela missão ser vida, ela lida com a provisoriidade, a contextualidade e as transformações. A vida é finita e ao mesmo tempo aberta ao infinito: saber mudar não significa trair os propósitos, mas renová-los em continuidade com a origem, na fidelidade ao serviço que se presta à Igreja e ao mundo e à luz dos sinais dos tempos.

Jesus traçou a missão em termos de projeto para os seus discípulos: ver a realidade com os olhos misericordiosos de Deus; chamar e capacitar pessoas a ser enviadas; determinar objetivos e destinatários específicos; apontar linhas de ação de promoção da vida e luta contra o mal; procurar meios necessários para alcançar metas e objetivos estabelecidos; adotar estratégias de aproximação e de encontro com as pessoas (cf. Mt 9,36-10,16).

A vida de Jesus também foi um projeto missionário que despontou nos últimos anos de sua existência e que não demorou a ter um fim. Para o Filho de Deus era necessário que a missão tivesse um fim e não queria ficar mais o que o devido: “é melhor para vocês que eu vá embora”, falou a seus discípulos (Jo 16,7). A missão *ad vitam* exige a aprendizagem de uma *ars moriendi*, uma *kênose* radical que faz parte do dom de si e da mais absoluta gratuidade.

CONCLUSÃO

Não somos feitos de raízes como as árvores, somos feitos de pés para andar, dizia um sábio escritor. A planta ao desprender-se da terra morre, no entanto que os seres humanos tem outra relação com o chão.

Memória, caminho, projeto são elementos que reavivam a entrega à missão numa congregação missionária pela vida toda na

medida que celebra o dom dos peregrinos que nos antecederam, a companhia terrena e celestial de muitos mártires anônimos que mudaram a face da humanidade e o projeto de vida que deve nortear nosso cotidiano como horizonte

O elemento *ad vitam* numa consagração missionária não pode se acomodar em um pertencer a uma família religiosa, como se essa automaticamente cumprisse o seu papel no anúncio do Reino de Deus, e nem a uma perspectiva missionária cujo prazo de validade já venceu.

Exatamente porque nos jogamos a vida é que temos que olhar para frente e enxergar o mundo que nos rodeia: saber mudar, saber morrer, saber abrir novos caminhos. A missão é e sempre será marcada pela itinerância, pelo despojamento, pelo deslocamento e pela provisoriidade, por um contínuo entrar e sair, por um êxodo pascoal de morte e ressurreição, rumo à vida eterna.

Ir além do estabelecido faz parte dessa travessia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELLI, Mário. Ad Gentes. Introduzione e commento. In: NOCETI, Serena; REPOLE, Roberto (orgs.). **Ad gentes, Nostra Aetate, Dignitatis humanae**. Commentario ai Documenti del Vaticano II 6. Bologna: EDB, 2018.

BOSCH, David. **Missão transformadora**. Mudança de Paradigma na Teologia da Missão. Tradução de Geraldo Korndörler e Luís M. Sander. 2. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2007.

IGLESIAS, Ignacio. Quarto voto. In: RODRÍGUES, Angel Aparício; CANALS CASAS, Joan (orgs.). **Dicionário teológico da Vida Consagrada**. Tradução Honório Dalbosco e L. Costa. São Paulo: Paulus, 1994, p. 933-938.

SEUMOIS, André. **Teologia missionária**. Curso de teologia sistemática 12. Bologna: EDB, 1993.

WOLANIN, Adam. **Teologia della missione**. Temi scelti. Casale Monferrato: PIEMME, 1989.